

Evento	Reunião do Comitê Gestor Regional do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira (SIGEO-JT)
---------------	---

Data	8/8/2023
-------------	----------

Horário	14h
----------------	-----

Local	Telepresencial – Google Meet
--------------	------------------------------

Presentes	<ul style="list-style-type: none">- Secretário de Orçamento e Finanças e coordenador, Marco Antonio Fernandes;- Assessor Técnico da Secretaria de Orçamento e Finanças, Fernando Del Guerra Torraca;- Coordenadora de Planejamento Orçamentário e Financeiro, Maria Cristina Mauad;- Coordenador de Gestão Orçamentária, Luís Fernando Barros Costa;- Representante da Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira, Eduardo Cortado Macedo;- Coordenadora de Contratos, Vera Lúcia de Oliveira Ramires;- Assessora Técnica da Secretaria-Geral da Presidência, Isabella Rabassi Lima;- Assessor Técnico da Secretaria da Corregedoria Regional, Adilson Sérgio Bertoldo Junior;- Servidora do 1º Grau, Beatriz Mayumi Hori;- Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações, Herbert Wittmann;- Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce.
------------------	--

Ausências justificadas	<ul style="list-style-type: none">- Secretário Judiciário, Edson Lacir Donadon;- Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas, Maurício Rodrigues de Moraes;- Servidor da Escola Judicial, Diego Dotto de Moraes.
-------------------------------	---

Pauta / Assuntos	<ul style="list-style-type: none">● 1) Implantação do módulo de diárias● 2) Módulo de execução financeira - faturas e locação
-------------------------	--

O Secretário de Orçamento e Finanças, Marco Antonio Fernandes, Coordenador do Comitê Gestor Regional do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo aos integrantes presentes pela participação.

1) Implantação do módulo de diárias

Foi aberto PROAD pela SETIC, com módulos do SIGEP que irão interferir no módulo de diárias, a partir do recebimento de diárias para Magistrados. A Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) fez reunião com a Assessoria de Apoio aos Magistrados, para tratar da questão, bem como com a Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF) e Coordenadoria de Pagamento.

Marco passou a palavra ao Fernando Del Guerra Torraca, para explicar os andamentos atuais.

Fernando explicou que, por causa da legislação tributária, o módulo de diárias precisa ser implantado em setembro. As reuniões da SOF de levantamento do que já funciona, os detalhes, se o sistema atende todos os detalhes que surgem, testes em ambiente de homologação, planilhas compartilhadas e reuniões semanais: uma com Escola Judicial e

Secretaria-Geral da Presidência, outra com Assessoria de Apoio aos Magistrados. Abertura de chamados como dúvidas, para respostas do SIGEO.

CEOF também tem realizado vários testes e conseguido resolver algumas questões.

Sugeriu fazer algo em paralelo, mantendo, no início, os pedidos de diárias por PROAD também, além de pelo SIGEO. Reforçou que o sistema calcula automaticamente, mantém todas as informações e os relatórios, faz conferência se já houve pedido anterior para o mesmo período, traz maior segurança, comunicando-se também com o e-Social e com os pagamentos.

Marco completou que a SOF precisou responder demanda do Conselho, sobre normativo de 2019 acerca de diárias. Um indicativo pode ser de que haverá necessidade de regulamentação atualizada, a partir da implantação do SIGEO.

O Comitê ficou ciente das providências em andamento.

2) Módulo de execução financeira - faturas e locação

Marco esclareceu que há vários atores que participam do processo: gestores e fiscais de contrato, como Diretores de Secretaria, assim como equipe de Contratos, que atesta a regularidade dos fornecedores, das tarifas públicas, dos contratos, da retenção de tributos, da locação de imóveis, das contratações, passando posteriormente pela análise final da Secretaria de Orçamento e Finanças.

Comunicou que talvez seja necessário realizar reunião com a representante do 1º Grau, para auxílio nos temas afetos às Varas.

Eduardo Cortado Macedo explicou que a REINF começou com o INSS e que a Receita soltou normativo obrigando a escriturar todas as notas fiscais que tinham arrecadação e colocar dentro do SIGEO, usando conector do sistema, com todas as informações, para não fazer manualmente. O procedimento começou em agosto de 2022 e, a partir de outubro de 2022, por DARF único, pagando numa única DARF mensal tudo o que é do Tribunal.

A SOF fez cadastramento de todos os diretores de Vara como gestores fiscais, bem como cadastro de perfil de cada diretor, atualização de dados das empresas que precisam mandar notas fiscais, base de cálculo e valores para o INSS, os quais serão puxados nos novos modelos.

O desafio agora é o R 4000. Há necessidade de terminar mais 3 cadastros, sendo que outros 121 já foram realizados, para que todos sejam conciliados no arquivo único a ser trabalhado. Diferença é o R 4010 (para pessoa física, sem relação de trabalho, como locação).

As empresas já estão cientes de que há necessidade de cadastro e encaminhamento de notas fiscais dentro do SIGEO, para recebimento. Agora, cada Diretor de Secretaria terá que colocar, também no sistema, os documentos fiscais, como contas de energia, água, telefonia, Correios.

O grande volume de documentos é o desafio atual para a SOF. A ideia é preparar um manual para instruir os diretores sobre os novos procedimentos. Tudo o que for colocado diferente do padrão, não entra no relatório e precisa ser lançado manualmente no sistema da Receita Federal.

Por isso, aponta que é preciso trabalhar em parceria, chamando também os Diretores das Varas do Trabalho.

Marco apontou que há necessidade de recolhimento correto e no prazo, para não sofrer penalidades legais. No entanto, acredita que seja apenas um período mais volumoso de adaptação, de ajustes, para passar aos novos padrões.

Beatriz perguntou sobre as contas do Fórum de Campinas, ao que Eduardo sugeriu entrar em contato com a CPFL para saber se há como a empresa enviar uma via consolidada das 53 contas. Cada nota fiscal ainda seria obrigatoriamente cadastrada e enviada no PROAD. No SIGEO, haveria a versão consolidada e o diretor poderia atestar, para permitir o pagamento depois pela SOF, que também continua a juntar toda a documentação de pagamentos, bem como certidão diária para atestar e colocar toda a movimentação contábil do Tribunal.

Marco compartilhou que a fase de colocar tudo em prática é mais complicada, mas que depois, vencidas as resistências, o novo sistema facilitará os serviços e entregará novas formas de trabalho, já ajustadas. Herbert concordou que essa fase de adaptação é natural e informou que a SECAUD do CSJT iniciou fiscalização, que durará de agosto a novembro, em todos os Regionais, para verificar a utilização dos sistemas nacionais e eventuais impeditivos e justificativas para a não utilização.

Vera comentou que a Coordenadoria de Contratos está caminhando bem e Marco propôs que, se necessário, haja reunião da SOF com Contratos, para alinhar as modificações do sistema, de quem insere e de quem atesta os recibos, por exemplo. Eduardo explicou que precisará verificar as datas para o relatório, as eventuais centralizações, as padronizações, mandando também aos diretores, para que possam anexar recibos e liberar para pagamentos dentro dos prazos.

Marco sugeriu pensar em conjunto e criar um procedimento padrão, para divulgar a todos os diretores, facilitando as atribuições e as providências.

O Comitê ficou ciente dos andamentos e de que a SOF está minutando um manual sobre a questão.

Ao final, o Coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 15h15.

Ata preparada por	Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce	Em	8/8/2023
Ata aprovada por	Secretário de Orçamento e Finanças e Coordenador do Comitê, Marco Antonio Fernandes	Em	14/8//2023